ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 003/2020

Estabelece o Calendário Fiscal de Tributos do Município de Guimarães e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAMARÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 129 da Lei n. 348, de 30 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o calendário fiscal do Município de Guimarães para os tributos e contribuições integrantes do Sistema Tributário em conformidade com as disposições do Código Tributário e de Rendas do Município de Guimarães instituído pela Lei n. 348, de 30 de dezembro de 2005.

Art. 2º. A arrecadação dos tributos municipais deve ser efetuada através da rede bancária conveniada mediante Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

CAPÍTULO I
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E
TERRITORIAL URBANA (IPTU)

Art. 3º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é lançado de ofício, anualmente, em 1º de janeiro de cada exercício civil, com base nos elementos cadastrais declarados pelo contribuinte ou apurados pela Administração Tributária, na forma do art. 13 da Lei 348/2005.

§ 1º. O pagamento do IPTU será à vista, em cota única, ou em parcelas.

§ 2º. O vencimento da cota única do imposto ocorrerá no dia 20 (vinte) do mês de MARÇO de cada ano.

§ 3º. Será concedido o desconto de 5% (cinco por cento), ao contribuinte que efetuar o pagamento do imposto à vista, até a data de vencimento da cota única.

Art. 4º. O contribuinte que não efetuar o pagamento do imposto de uma só vez na data estabelecida no § 2º do art. 3º, poderá fazê-lo em até 5 (cinco) parcelas mensais e consecutivas, que serão atualizadas pela Taxa Selic mês a mês.

Parágrafo único. O vencimento da primeira parcela ocorrerá na data prevista para o vencimento da cota única e as demais, no dia 20 (vinte), dos meses de abril até julho do exercício.

CAPÍTULO II
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER
NATUREZA (ISS)

Seção I

Da Declaração e do Recolhimento

Art. 5º. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) será recolhido mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, e calculado com base na alíquota constante do art. 56 da Lei 348/2005.

§1º. O prestador de serviços sujeitos ao regime de estimativa, recolherá o imposto no prazo estabelecido no caput, salvo quando a legislação determinar outro critério.

§2º. A Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP), optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional) - recolherá o imposto até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao de sua apuração, ressalvados os casos em que o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), vinculado ao Ministério da Fazenda, determinar outra data para recolhimento.

Seção II Da Retenção na Fonte

Art. 6º. O contribuinte substituto, ou o tomador do serviço será obrigado a proceder a retenção na fonte do ISS, deverá recolhê-lo à SMT, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da retenção.

Art. 7º. O contribuinte substituto ou o tomador de serviço que efetuar retenção na fonte do ISS emitirá e entregará ao prestador do serviço, na data do recebimento do documento fiscal, o respectivo Recibo de Retenção na Fonte (RRF).

Art. 8º. Para efeito de recolhimento do imposto, considera-se data da retenção a da emissão do documento fiscal que comprove a prestação do serviço.

Art. 9º. Não será efetuada a retenção na fonte do ISS quando:

I – o prestador do serviço comprovar que o ISS foi recolhido antecipadamente quando da emissão da Nota Fiscal Avulsa referente ao serviço prestado;

II – o prestador do serviço comprovar que o serviço prestado está sujeito ao regime de estimativa e que está adimplente com o imposto do exercício.

CAPÍTULO III DA TAXA DE LICENÇA

Art. 10. As Taxas de Licença referidas nos incisos I, III, IV e V do §1º do Art. 81 da Lei 348 de 2005, deverá ser paga no ato do licenciamento do contribuinte e será calculada com base no art. 83 e Tabelas I e II anexa à Lei n. 348/2005.

Art. 11. Anualmente, quando da renovação dos alvarás de Licença, na forma do §2º do art. 81 da Lei 348/2005, o pagamento das taxas deverá ocorrer até o dia 31 de janeiro.

CAPÍTULO IV DA TAXA DE LICENÇA DE EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA E URBANIZAÇÃO DE ÁREAS

Art. 12. A Taxa de Licença de Execução de Obras ou Serviços de Engenharia e Urbanização de Áreas, será lançada conforme a declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com critérios e normas previstos em ato administrativo, devendo o seu pagamento ser efetuado integralmente e de uma só vez, antes da entrega do alvará, calculada com base no Inciso II do art. 83 da Lei 348/2005.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O valor do tributo não pago até o vencimento, após a atualização monetária, ficará sujeito aos acréscimos legais previstos no art. 179 da Lei n. 348/2005.

Art. 14. Decorridos os prazos fixados neste Decreto sem que haja o pagamento dos tributos lançados, o débito será inscrito em Dívida Ativa, de acordo com as normas e prazos estabelecidos no Código Tributário do Município.

Art. 15. Salvo disposição legal em contrário, todos os prazos, fixados neste Decreto, contam-se por dias corridos, excluindo-se o do início e incluindo-se o do vencimento, salvo se nesses dias não houver expediente normal no órgão em que corra o processo ou devam ser praticados os respectivos atos, quando serão prorrogados para o dia seguinte em que houver expediente normal, na forma da lei.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica ao recolhimento do contribuinte optante pelo Simples Nacional, que terá o prazo antecipado para o último dia útil imediatamente anterior ao do vencimento estipulado, de acordo com as normas previstas na legislação do Imposto de Renda, conforme o estabelecido no art. 35 da Lei Complementar n. 123/06 e em Resolução própria do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Art. 16. As disposições previstas no art. 14 deste Decreto não se aplicam aos recolhimentos do contribuinte optante pelo Simples Nacional, que respeitará as normas previstas na legislação do Imposto de Renda, de acordo com o estabelecido no Art. 35 da Lei Complementar n. 123/06 e em Resolução própria do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Art. 17. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de janeiro de 2020.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAMARÉ,
em 17 de fevereiro de 2020.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:86EEC243

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 18/02/2020. Edição 2213
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>